

**A COMPLEXA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO  
SANITÁRIO EM FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS: UM ESTUDO EM SÃO  
JOSÉ DOS CAMPOS-SP**

**THE COMPLEX UNIVERSALIZATION OF SANITATION SERVICES IN  
FAVELAS AND URBAN COMMUNITIES: A STUDY IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-  
SP**

**LA COMPLEJA UNIVERSALIZACIÓN DE LOS SERVICIOS DE  
ALCANTARILLADO EN FAVELAS Y COMUNIDADES URBANAS: UN ESTUDIO  
EN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP**

José Moacir de Sousa Vieira<sup>1</sup> <https://orcid.org/0009-0006-7779-7216>

Mário Valério Filho<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0001-9268-8970>

Rodolfo Moreda Mendes<sup>3</sup> <https://orcid.org/0000-0003-1833-3084>

Cilene Gomes<sup>4</sup> <https://orcid.org/0000-0001-5217-9426>

**RESUMO**

A precariedade dos serviços de esgotamento sanitário impacta desproporcionalmente as camadas mais desfavorecidas da sociedade, que habitam porções da cidade marcadas por vulnerabilidade social, como ocorre nas favelas e comunidades urbanas, acarretando sérias consequências para as famílias e o meio ambiente. Este estudo visa analisar a complexidade da universalização desses serviços em favelas e comunidades urbanas de São José dos Campos-SP, adotando uma Abordagem Dialética e um Método Misto de Pesquisa, que inclui a análise de dados quantitativos e qualitativos. A coleta de dados quantitativos foi realizada por meio de documentação indireta, utilizando dados secundários de fontes estatísticas de instituições de pesquisa. Constatou-se que a busca pela universalização do saneamento básico em favelas e comunidades urbanas enfrenta obstáculos significativos devido ao modelo de desenvolvimento urbano neoliberal e à falta de interesse político. Há uma necessidade imperativa de políticas urbanas e de saneamento mais inclusivas e equitativas, com ênfase na oferta pública de saneamento básico, para garantir a qualidade de vida, a saúde e a dignidade para todos, sem distinção.

**Palavras-chave:** Saneamento Básico. Serviços de Esgotamento Sanitário. Favelas e Comunidades Urbanas. Universalização do Saneamento Básico. Análise de Conteúdo.

<sup>1</sup> Engenheiro Civil, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [jmoacir.sv@gmail.com](mailto:jmoacir.sv@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Agronomia pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [mvalerio@univap.br](mailto:mvalerio@univap.br)

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia Geotécnica pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [rodolfo.mendes@cemaden.gov.br](mailto:rodolfo.mendes@cemaden.gov.br)

<sup>4</sup> Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [cilenegs@univap.br](mailto:cilenegs@univap.br)

## ABSTRACT

The precariousness of sanitation services disproportionately impacts the most disadvantaged segments of society, who inhabit the soft city marked by social vulnerability, such as slums and urban communities, leading to serious consequences for both families and the environment. This study aims to analyze the complexity of universalizing these services in slums and urban communities of São José dos Campos-SP, adopting a Dialectical Approach and a Mixed Research Method, which includes the analysis of quantitative and qualitative data. Quantitative data collection was carried out through indirect documentation, using secondary data from statistical sources of research institutions. It was found that the pursuit of universal sanitation in slums and urban communities faces significant obstacles due to the neoliberal urban development model and a lack of political interest. There is an urgent need for more inclusive and equitable urban and sanitation policies, with an emphasis on public sanitation provision, to ensure quality of life, health, and dignity for all, without distinction.

**Keywords:** Basic Sanitation. Sanitation Services. Favelas and Urban Communities. Universalization of Basic Sanitation. Content Analysis.

---

## RESUMEN

La precariedad de los servicios de alcantarillado impacta desproporcionadamente a los sectores más desfavorecidos de la sociedad, que habitan áreas de la ciudad marcadas por vulnerabilidad social, como ocurre en las favelas y comunidades urbanas, causando graves consecuencias para las familias y el medio ambiente. Este estudio tiene como objetivo analizar la complejidad de la universalización de estos servicios en favelas y comunidades urbanas de São José dos Campos-SP, adoptando un Enfoque Dialéctico y un Método de Investigación Mixto, que incluye el análisis de datos cuantitativos y cualitativos. La recolección de datos cuantitativos se realizó a través de documentación indirecta, utilizando datos secundarios de fuentes estadísticas de instituciones de investigación. Se constató que la búsqueda de la universalización del saneamiento básico en favelas y comunidades urbanas enfrenta obstáculos significativos debido al modelo de desarrollo urbano neoliberal y a la falta de interés político. Existe una necesidad imperativa de políticas urbanas y de saneamiento más inclusivas y equitativas, con énfasis en la provisión pública de saneamiento básico, para garantizar la calidad de vida, la salud y la dignidad para todos, sin distinción.

**Palabras clave:** Saneamiento Básico. Servicios de Saneamiento. Favelas y Comunidades Urbanas. Universalización del Saneamiento Básico. Análisis de Contenido.

---

## INTRODUÇÃO

Atualmente, diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, enfrentam um desafio persistente relacionado aos serviços de saneamento básico inadequados em favelas e comunidades urbanas, principalmente nas periferias das grandes cidades. Esta pesquisa analisa a problemática do saneamento básico, com foco específico nos serviços de esgotamento sanitário, que notoriamente são os mais difíceis de serem universalizados. Dessa forma, é relevante adotar uma abordagem dialética, humanizada e social, fundamentada em princípios que busquem contemplar de maneira abrangente os direitos humanos, especialmente no que diz

respeito à melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam, trabalham e sobrevivem em favelas e comunidades urbanas (Rocha, 2018).

A crise nas cidades revela mais questões sociais do que políticas ou econômicas, destacando a qualidade de vida nas áreas urbanas como um elemento central para a dignidade e o bem-estar humano. No século XXI, ao analisar os princípios subjacentes à reprodução do espaço nas cidades, podemos observar as contradições que sustentam a sociedade capitalista, na qual o poder e a riqueza são impostos. Vivemos em um mundo dominado por mercadorias e imagens promovidas pela cultura do consumo, o que agrava as contradições sociais e urbanas. Portanto, é fundamental promover uma perspectiva dialética sobre o direito à cidade saneada, à medida que a sociedade demonstra uma capacidade crítica para questionar as condições em que vive, mesmo quando essas contradições se tornam naturalizadas. Essa lógica de acumulação e a atuação do estado neoliberal são questionadas, colocando em xeque o capitalismo como modelo civilizatório. Tal contexto impulsiona uma reflexão e “obriga-nos a repensar a realidade, compreender os conteúdos da crise urbana” (Carlos, 2017, p. 59).

Diante dessa reflexão, o acesso aos serviços públicos de saneamento básico, incluindo o esgotamento sanitário, desempenha um papel relevante na construção de uma cidadania integral e na garantia da dignidade humana. Conforme afirma o geógrafo Milton Santos (2020, p. 144), “É impossível conceber uma cidadania concreta que dispense o componente territorial.” A qualidade de vida de cada indivíduo está intrinsecamente ligada ao local onde reside, e a igualdade entre os cidadãos requer acessibilidade equitativa aos bens e serviços públicos. Assim, o acesso adequado ao saneamento básico, incluindo os serviços de esgotamento sanitário, emerge como um elemento crucial para assegurar que todos os habitantes das favelas e comunidades urbanas possam usufruir de uma vida digna (Vieira, 2023).

Essa necessidade se torna ainda mais evidente ao considerarmos que a urbanização no Brasil está estreitamente ligada à dinâmica do mercado imobiliário, que se baseia na reprodução do espaço urbano, seguindo uma lógica especulativa. Isso culmina em uma crise urbana evidenciada pelo agravamento da segregação socioespacial e pela submissão de populações em situação de pobreza a áreas desprovidas de infraestrutura urbana adequada ou mesmo inexistente. A expansão das áreas periféricas é caracterizada, em muitos casos, pela autoconstrução, por meio da qual os trabalhadores constroem suas residências de forma artesanal, apesar da exploração urbana e da especulação imobiliária (Maricato, 1982).

Além disso, essa dinâmica resulta na expulsão de um grande contingente populacional para áreas periféricas e ambientalmente vulneráveis, como as margens de córregos e rios, encostas íngremes, mangues e áreas alagáveis, que não despertam o interesse do mercado imobiliário formal. Essas áreas, inadequadas para construções habitacionais, são as que “sobram para a moradia de grande parte da população” (Maricato, 2015, p. 82).

Nesse cenário de exclusão e vulnerabilidade, a urbanização sobressai como um projeto significativo para o acúmulo de capital, de modo que os espaços residenciais são controlados pelos principais agentes na produção do espaço urbano segundo princípios neoliberais. A forma como os espaços urbanos são organizados exerce uma influência considerável na estrutura da cidade. As estratégias e ações do governo, alinhadas aos interesses do setor privado, estão gradualmente transformando os espaços urbanos em ambientes produtivos do ponto de vista econômico, enquanto intensificam a segregação. O espaço público, originalmente concebido como um local para experiências humanas, para o encontro humano, passa a ser percebido como um espaço de segregação. Pádua (2015, p. 90-91) observa que “Para os mais pobres, os moradores de favelas, população de rua, comunidades carentes, a segregação é vivida com a expulsão violenta e arbitrária, para efetivar a valorização do espaço, faz parte das estratégias dos agentes hegemônicos.”

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de entender os obstáculos no processo de universalização dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas. Em São José dos Campos-SP, uma cidade com altos índices de desenvolvimento humano, as desigualdades no acesso ao saneamento básico ainda são significativas, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis.

Para abordar essa questão de forma adequada, é necessário destacar o conceito de saneamento básico, tal como definido pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Brasil, 2020), que atualmente regulamenta o setor sob o Novo Marco Legal do Saneamento Básico. Essa legislação estabelece, em seu art. 3º, que o saneamento básico compreende o “conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas urbanas.” Vemos que o conceito é abrangente, contemplando múltiplas dimensões fundamentais para garantir a saúde pública e a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais.

Embora o saneamento básico inclua essas diversas vertentes, optamos por focar nos serviços de esgotamento sanitário, em função dos desafios singulares e da sua relevância no

contexto urbano de São José dos Campos. Conforme destacado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa, 2015), o tratamento adequado de esgoto é essencial para prevenir doenças e preservar a qualidade de vida, especialmente em comunidades urbanas vulneráveis onde a infraestrutura é precária (Vieira *et al.*, 2024a). Assim, embora reconheçamos a importância do abastecimento de água e da gestão de resíduos sólidos, nosso objetivo é aprofundar a análise sobre o esgotamento sanitário, uma vez que este se apresenta como uma das maiores carências e desafios enfrentados pelo município.

Portanto, a abordagem centrada no esgotamento sanitário não busca desconsiderar os demais aspectos de saneamento básico, mas lançar luz sobre um elemento crítico para a saúde pública. De acordo com o art. 7º (Brasil, 2020), o serviço de esgotamento sanitário é definido como “os serviços constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final.” É nesse contexto que direcionamos nossa análise, uma vez que a coleta e o tratamento de esgoto em São José dos Campos não abrangem toda a população, evidenciando a necessidade de políticas públicas e investimentos específicos para assegurar uma cobertura mais abrangente e equitativa desses serviços (Piovesan, 1996).

Os direitos ao saneamento foram oficialmente reconhecidos como direitos humanos autônomos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Resolução nº A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010, reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.<sup>5</sup> Esse reconhecimento afirma que o acesso a esses serviços é essencial para a plena realização da vida e de outros direitos humanos fundamentais. Portanto, garantir o acesso universal ao esgotamento sanitário passa a ser uma responsabilidade pública, cabendo ao Estado assegurar esses direitos e eliminar barreiras que possam dificultar o acesso universal a esses serviços (Heller, 2022).

Como parte dos direitos econômicos, sociais<sup>6</sup> e culturais, os direitos humanos ao saneamento são diferenciados dos direitos civis e políticos, que geralmente exigem do Estado uma postura de não intervenção. No caso dos direitos sociais, como o saneamento, sua efetivação não ocorre de forma imediata, pois exige a adoção de políticas públicas concretas

---

<sup>5</sup> Art. XXIII. Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

<sup>6</sup> São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

que viabilizem seu cumprimento. Assim, conforme estabelecido pelas normas internacionais, esses direitos têm uma realização progressiva, dependendo da organização e dos recursos de cada Estado para garantir seu cumprimento gradual e contínuo (Ribeiro, 2015).

O trabalho desenvolvido utiliza a nomenclatura "*favelas e comunidades urbanas*" conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), que as caracteriza como áreas residenciais formadas por iniciativas autônomas e coletivas dos moradores. Essas áreas surgem devido à falta de políticas públicas eficazes e à insuficiência de investimentos em habitação, representando um esforço para atender às necessidades básicas de moradia e criar espaços para atividades comerciais, serviços, lazer e cultura, com o objetivo de assegurar o direito à cidade.

Com base nessa definição, este estudo adotou uma abordagem dialética com o objetivo de analisar a complexidade na busca de universalização dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas do município de São José dos Campos, estado de São Paulo (SP). Utilizou-se um procedimento metodológico misto para análise de variáveis quantitativas e qualitativas (Marconi; Lakatos, 2021). As variáveis quantitativas foram obtidas por meio da documentação indireta em fontes estatísticas provenientes de órgãos oficiais relacionados ao saneamento. As variáveis qualitativas foram exploradas, conforme Bardin (2010), utilizando a técnica da Análise de Conteúdo de duas reportagens sobre saneamento básico publicadas no site da Prefeitura Municipal. A revisão de literatura tem como base autores dos campos do Planejamento e da Política Urbana, da Geografia, da Sociologia, da Antropologia e da História. Também foram considerados artigos técnicos e científicos, além de relatórios de pesquisa (Marconi; Lakatos, 2021).

Diante disso, a pesquisa busca responder à seguinte questão central: *Quais são os obstáculos e as complexidades encontradas na universalização dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas de São José dos Campos-SP, considerando os fatores socioeconômicos e políticos?* A relevância e complexidade do tema estão no fato de que o saneamento básico, em especial os serviços de esgotamento sanitário, têm como principal objetivo a promoção da saúde do ser humano, propiciando uma melhor qualidade de vida, considerando-se que muitas doenças podem proliferar devido à ausência desses serviços, além de o saneamento básico ser parte dos direitos humanos referendados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Neves-Silva; Heller, 2016).

## **SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, IMPACTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS**

Inicialmente, convém apresentar o conceito de segregação nos moldes transcritos por Villaça (2001, p. 142), como sendo “[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole.” A maior problemática que leva à segregação socioespacial no Brasil não é a pobreza em si, mas sim a desigualdade social e a injustiça que a acompanham." Nas cidades brasileiras, a segregação urbana é uma expressão da desigualdade, claramente visível na diferença de acesso ao saneamento básico e aos serviços de esgotamento sanitário entre ricos e pobres (Villaça, 2011).

Essa segregação socioespacial fragmenta as classes sociais em espaços desiguais, gerando discriminação, insegurança, preconceito, violência, infraestrutura precária e falta de serviços públicos essenciais, como saneamento básico e esgotamento sanitário (Villaça, 2012). Nesse sentido, Harvey (2014) apresenta a desigualdade como um dos principais motivos da segregação socioespacial, destacando a ausência de interesse político em alterar a lógica capitalista neoliberal do direito à cidade. Essa ausência impede que as pessoas possam criar suas próprias alternativas de inclusão, com oportunidades, participação popular e solidariedade, que possibilitem a todos o acesso ao saneamento básico. “O direito à cidade como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades” (Harvey, 2014, p. 63).

Diante desse contexto, o capitalismo opressor e centralizador se manifesta claramente, perpetuado por aqueles que garantem seus próprios privilégios, em detrimento da maioria. Legalizam-se princípios e táticas que favorecem a concentração do poder e da riqueza, dando a aparência do legal e do legítimo, quando, na realidade, as situações deveriam acontecer de modo contrário. Segundo Harvey (2005, p. 71), “testemunhamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades e diversos ‘clubes de esquina’, enquanto, por outro lado, o transporte rápido e integrado torna absurdo certo conceito de cidade enquanto unidade.”

Villaça (2012, p. 70) registra que “A obscena desigualdade que existe na sociedade brasileira se manifesta na enorme segregação que se observa em nossas cidades. Essa

segregação cria um ônus excepcional para os mais pobres e uma extrema vantagem para os mais ricos.” Esse é, na verdade, o fator que segrega, divide e exclui parte da sociedade em função dos benefícios monetários e da condição financeira do cidadão, e que o Estado capitalista neoliberal legitima e legaliza por meio de suas táticas e fórmulas: mais dinheiro e mais poder para quem já tem dinheiro e poder, segregando o restante da população, que chega, muitas vezes, à condição de miséria, fome e demais vulnerabilidades.

À medida que os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres, cria-se um ciclo vicioso de crescente disparidade socioeconômica. Há a estupenda ampliação geométrica de quantidade de pessoas mais pobres para muito mais pobres, em um ciclo histórico que evolui de cabeça para baixo, ou seja, no exato contrário do que deveria ser. Tudo isso fica demonstrado na segregação socioespacial, que se manifesta na falta dos serviços básicos, fundamentais para a garantia de uma condição de vida minimamente aceitável (Villaça, 2012).

O esgoto, que é uma das formas de resíduos em potencial, gerador de poluição, de doenças, de odores prejudiciais, de contaminação do ar, da água e do meio ambiente, deve ter sua produção e destino controlados a fim de evitar ou minimizar os efeitos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida das pessoas sujeitas aos seus malefícios. A omissão do Estado em dar o correto tratamento ao esgoto é responsável pela redução do desenvolvimento social e econômico nas comunidades afetadas (Philippi Jr.; Malheiros, 2005). Com relação à saúde da comunidade e à saúde do meio ambiente, a eficiência e a eficácia no tratamento do esgoto, bem como o destino que lhe é dado, são fatores de extrema importância. Segundo o Manual de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde, é grande a quantidade de doenças relacionadas com o destino incorreto dos dejetos humanos (Funasa, 2015).

Ademais, o principal modo de transmissão das doenças relacionadas à disposição incorreta do esgoto, é o decorrente do contato com os dejetos. Considerando que o destino dos esgotos domésticos sem tratamento e das favelas e comunidades urbanas são as valas a céu aberto e os mananciais, as fontes e os ciclos de água, grande é a consequência dessa prática para a ocorrência de doenças, seja pela ingestão ou por contato com a pele ou mucosas. Além disso, o lançamento dos esgotos diretamente no solo pode ser o motivo de moléstias adquiridas pelo contato dos pés e das mãos com o terreno contaminado. Além disso, esgotos lançados de forma inapropriada no solo podem causar a contaminação dos lençóis freáticos (Funasa, 2015).

Mendes *et al.* (2017 e 2018) demonstraram que a ausência e/ou precariedade de saneamento básico em áreas de risco de deslizamentos é o principal fator indutor antrópico que



exerce influência significativa sobre a deflagração de deslizamentos em encostas urbanizadas, sendo essencial que gestores e planejadores urbanos promovam políticas públicas para a promoção da melhoria ou implementação de saneamento básico nessas comunidades urbanas.

Nuvolari (2003) aponta que a disposição inadequada de esgoto nos corpos d'água resulta em problemas como odores desagradáveis e a transmissão de doenças para humanos e animais. Considerando que o esgoto é composto por 99,0% de água e 0,1% de sólidos, desses, 75% são matéria orgânica que, quando disposta na água, causa o crescimento de microrganismos decompositores aeróbios que consomem a matéria e o oxigênio dissolvido, prejudicando a fauna que habita os rios, os lagos e os veios d'água.

Além disso, a ausência de saneamento básico também afeta o rendimento escolar e o aprendizado de crianças, jovens e adultos. Pessoas que sofrem com a carência do serviço de esgotamento sanitário ficam doentes com mais frequência e, conseqüentemente, faltam mais às aulas e, em razão disso, apresentam baixo rendimento escolar, educacional e cultural. Além disso, a ausência de saneamento básico também impacta a saúde coletiva, a economia, o turismo e outras contingências sociais de lazer, ecológicas e ambientais, tornando vários destinos turísticos menos atraentes (Ferreira; Garcia, 2017).

Segundo constatações do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), 65% das internações hospitalares de crianças com menos de dez anos estão relacionadas a doenças causadas pela deficiência ou ausência dos serviços de esgotamento sanitário ou de água tratada, além da falta de cuidado com a higiene e saúde (Ferreira; Garcia, 2017).

Bellon e Lima (2021) investigaram e associaram a cobertura de esgoto em alguns municípios com indicadores educacionais do Brasil com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). As pesquisadoras constataram que não podemos deixar de considerar o impacto negativo da falta de saneamento na educação e na cultura, causado por doenças, mal-estar e necessidade de uma melhor estruturação das condições do nível de aprendizagem. Cabe mencionar que este estudo mostrou a associação entre saneamento básico e educação utilizando modelos de regressão linear (Bellon; Lima, 2021).

Embora o Brasil seja reconhecido no mundo por suas belas paisagens, a ausência de serviços de esgotamento sanitário torna vários destinos turísticos menos atrativos. Tal quadro é

refletido em diversas belas cidades do país, impactadas de maneira negativa. Além da repercussão direta na saúde, economia e educação, a falta de esgotamento sanitário também afeta o turismo e outras contingências do bem-viver e do lucro econômico. Assim, a gestão eficaz dos serviços de esgotamento sanitário promove a sustentabilidade social, econômica e ambiental, além de fortalecer o turismo em diversas regiões brasileiras (Chueiri; Fortunato, 2021).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o principal objetivo do saneamento é a promoção da saúde humana, visto que muitas doenças podem proliferar devido à ausência desses serviços e à carência de obras e investimentos. O Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário (DHAES), baseado em fundamentos extraídos de leis internacionais de direitos humanos, foi reconhecido na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010. O reconhecimento desses direitos é fundamental, não se restringindo apenas à infraestrutura, mas figurando como um componente essencial na salvaguarda dos direitos humanos fundamentais. A concretização desses objetivos é essencial para construir comunidades mais saudáveis e equitativas, assegurando o direito ao saneamento básico como um pilar fundamental dos direitos humanos (Neves-Silva; Heller, 2016).

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO ACERCA DOS ASSENTAMENTOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP COM SERVIÇOS PRECÁRIOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

São José dos Campos, localizado na porção leste de São Paulo, foi elevado a município em 1864, antes chamado de Aldeia de São José do Rio Comprido, fundada em 1767. Sua localização geográfica desempenhou um papel crucial no seu desenvolvimento, resultando em investimentos estatais de infraestrutura, que contribuíram para o seu crescimento econômico (Suriano, 2013).

Em 1924, São José dos Campos abrigou a construção do maior sanatório do Brasil, o Sanatório Vicentina Aranha. A cidade recebeu o status de Estância Climática do governo de Getúlio Vargas em 1935. Durante esse período, conhecido como Sanatorial, o governo investiu significativamente na cidade. A partir dos anos 1940, São José dos Campos experimentou um notável aumento populacional, influenciando seu processo de urbanização. Essa expansão

populacional pode ser observada na Tabela 1, que apresenta a evolução da população de 1940 a 2022.

**Tabela 1:** Evolução populacional de 1940 a 2022

ANO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO PAULO	BRASIL
1940	36.279	7.180.316	41.236.315
1950	44.804	9.134.423	51.944.397
1960	77.533	12.974.699	70.992.343
1970	148.332	17.958.693	94.508.583
1980	287.513	25.375.199	121.150.573
1991	442.370	31.546.473	146.917.459
2000	539.313	36.969.476	169.590.693
2010	629.921	41.262.199	190.755.799
2022	697.428	44.420.459	211.722.692

Fonte: adaptado do IBGE (2022).

Concomitantemente, houve uma expansão significativa no desenvolvimento de São José dos Campos, marcada pelo estabelecimento de grandes indústrias, como a General Motors (GM), em 1959; a Ericsson, em 1955; e a criação de instituições como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Além disso, a partir da década de 1970, surgiram empresas como a Avibras Indústria Aeroespacial S/A, a Engenheiros Especializados S/A (ENGESA), e foi fundada a EMBRAER (Papali, 2008).

Com o desenvolvimento da cidade e, principalmente, com a implantação de muitas indústrias, ocorreu uma reorganização do espaço urbano, o que atraiu trabalhadores de outras regiões. Esse desenvolvimento econômico intensificou o processo de urbanização e aumentou as diferenças sociais, deixando clara a segregação socioespacial, compelindo o deslocamento de uma parte significativa da classe trabalhadora para regiões periféricas, que se estabeleceu em loteamentos irregulares e clandestinos (Costa; Forlin, 2010).

De acordo com Reschilian, Silva e Maciel (2020), entre os anos de 2013 e 2016, foi constatado que a cidade possuía aproximadamente 112 favelas e comunidades urbanas, onde residiam cerca de 70 mil pessoas em condições precárias, diretamente ligadas à vulnerabilidade social. Embora tenham sido implementadas algumas ações de regularização, ainda há uma

carência significativa de iniciativas políticas. Isso é evidenciado pela ausência de um plano municipal específico de regularização fundiária e urbanística.

Além disso, a abordagem limitada da questão fundiária no Plano Diretor e nas leis de uso e ocupação do solo agrava a situação. Observa-se que as ações de regularização que foram implementadas não são suficientes para suprir a demanda dessas comunidades. A falta de políticas eficazes e específicas para a regularização fundiária e urbanística resulta em uma perpetuação das condições precárias e da vulnerabilidade social dessas populações (Reschilian; Silva; Maciel, 2020).

Em 2022, São José dos Campos contava com uma população de 697.054 habitantes e uma densidade demográfica de 634,03 habitantes por quilômetro quadrado, sendo o 9º município mais populoso e o 55º mais denso do estado de São Paulo. No contexto nacional, ocupava as posições 30ª e 144ª, respectivamente. No plano econômico, o município apresentava um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 61.315,88, em 2021, posicionando-se na 91ª posição entre os municípios paulistas e na 609ª no Brasil (IBGE, 2022).

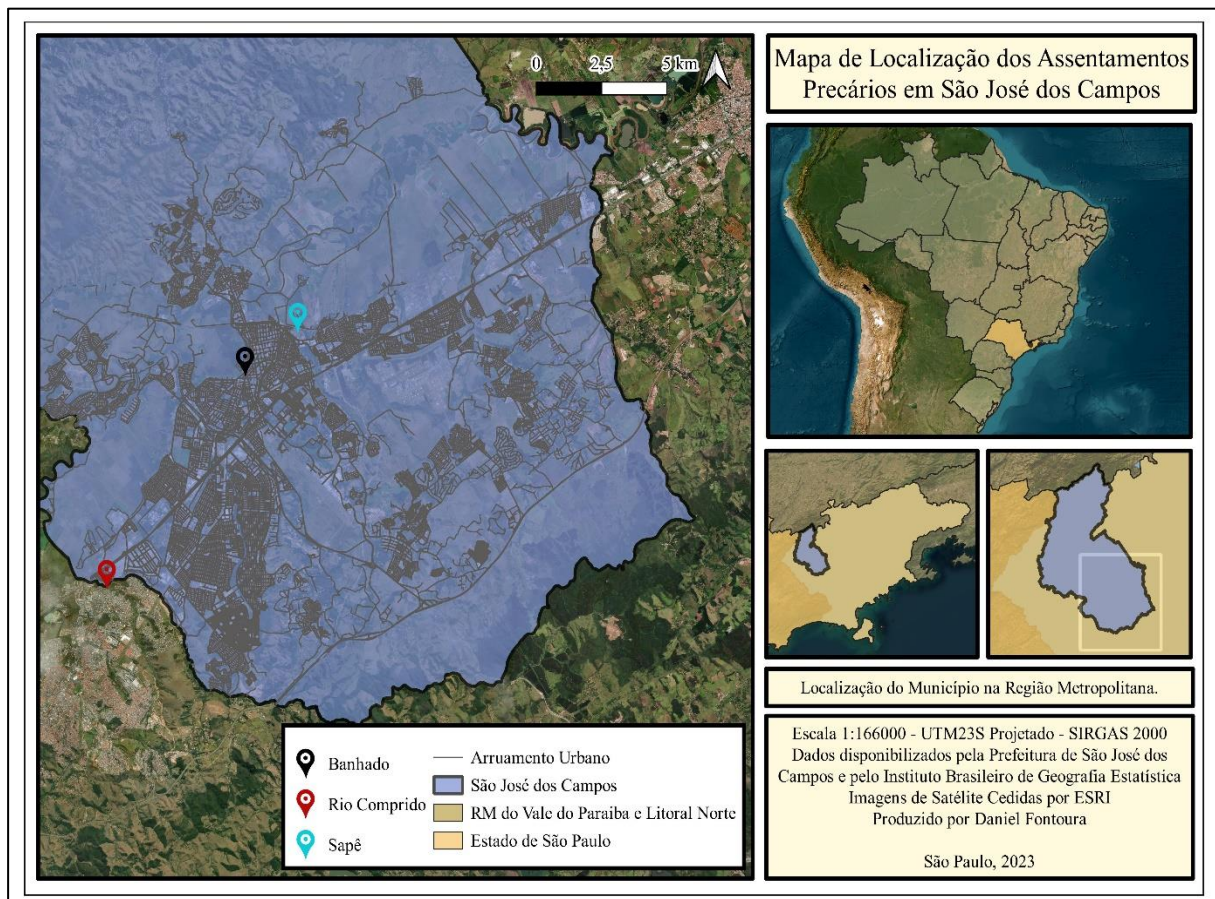
No mesmo ano, em termos de saúde pública, o município registrava uma taxa de mortalidade infantil de 10,41 por mil nascidos vivos e uma taxa de internações por diarreia de 4,7 por mil habitantes, posicionando-se em 295ª e 242ª no Estado, e 2.938ª e 2.277ª no cenário nacional, respectivamente. Esses dados sugerem desafios persistentes na área da saúde, especialmente em termos de condições de vida para as populações vulneráveis. No que tange ao saneamento básico, 94,3% dos domicílios contavam com esgotamento sanitário adequado, 94,7% das vias públicas urbanas possuíam arborização, e 66,4% possuía urbanização completa. Esses dados refletem as disparidades entre o desempenho econômico de São José dos Campos e os desafios em áreas como saúde, saneamento e infraestrutura urbana (IBGE, 2022).

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2017 revelou que São José dos Campos possuía uma infraestrutura significativa de esgotamento sanitário. O município contabilizava um total de 251.323 economias conectadas à rede de esgoto, das quais 234.484 eram residenciais. A rede coletora de esgoto se estendia por 898 km, cobrindo uma parte expressiva da área urbana (IBGE, 2020). No entanto, apesar desses números, uma parcela significativa da população, especialmente nas áreas de ocupação irregular e zonas vulneráveis, ainda não tem acesso adequado a esses serviços. Isso evidencia lacunas importantes na cobertura e reforça a necessidade de políticas públicas mais inclusivas.

A capacidade dessa rede permite o tratamento diário de aproximadamente 85.169 m<sup>3</sup> de esgoto, o que coloca São José dos Campos em uma posição de destaque em termos de capacidade de tratamento do esgoto coletado (IBGE, 2020). Contudo, é importante analisar o alcance desses serviços em áreas vulneráveis e de ocupação irregular, como favelas e áreas de risco, para obter uma compreensão mais completa da cobertura efetiva do esgotamento sanitário na cidade.

Neste artigo, apresentamos aqui três favelas localizadas no município de São José dos Campos, que já foram demonstradas em estudos acadêmicos como áreas com serviços de esgotamento sanitário precários. Essas favelas são: Banhado, Sapê e Rio Comprido (Figura 1).

**Figura 1:** Localização das favelas Banhado, Sapê e Rio Comprido



**Fonte:** São José dos Campos (2023).

O Banhado, ou Jardim Nova Esperança, é uma das favelas mais antigas de São José dos Campos, com cerca de um século de história. Suas habitações de um só andar são frequentemente construídas com material improvisado, como madeira. Atualmente, abriga

aproximadamente 297 famílias e se distingue pela coexistência de elementos rurais e urbanos. Enquanto algumas famílias se dedicam à agricultura para subsistência, a maioria trabalha no setor de comércio e serviços, aproveitando a proximidade do centro da cidade. O bairro conta com templos religiosos, um centro comunitário, uma quadra poliesportiva em condições precárias, além de pequenos comércios operados nas residências (Silva, 2020).

A favela Sapê, também conhecida como Sol Nascente, está situada entre a Zona Leste e a Região Central da cidade. Sua origem remonta à década de 1980 e, de acordo com informações do líder comunitário Silva (2022), abriga atualmente cerca de 200 famílias. O terreno originalmente era uma fazenda destinada à produção de arroz e foi parcelado e vendido por grileiros de terras. Os moradores estão buscando a regularização do assentamento por meio da mobilização da comunidade, através da associação de moradores, estudos e levantamento de documentação, para ter acesso às escrituras definitivas. No entanto, até o momento, não obtiveram sucesso. A infraestrutura de saneamento básico na área é notadamente precária, sobretudo devido à falta de serviços de esgotamento sanitário, como apontado por Costa *et al.* (2022).

A favela Rio Comprido, localizada na zona sul do município, possui aproximadamente 659 residências. Oficialmente, de acordo com o Plano Diretor da cidade, o Rio Comprido foi classificado como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Em 2011, ocorreu um grave deslizamento de terra, resultando na perda de cinco vidas. Como resposta a esse incidente, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Associação de Moradores entraram com uma Ação Civil Pública, com o objetivo de pressionar o município a desenvolver um projeto de regularização urbanística para o assentamento. Esse projeto também incluía intervenções urbanas para eliminar os riscos existentes na área. No entanto, até o momento, a tão esperada regularização ainda não foi concretizada, e o bairro continua a enfrentar problemas relacionados ao saneamento básico precário, especialmente no que se refere aos serviços de esgotamento sanitário (Reschilian; Silva; Maciel, 2020).

São José dos Campos possui um alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, de 0,807, e é reconhecida como uma das melhores cidades do Brasil, destacando-se na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) como sua capital regional (Andrade, 2015). A administração municipal adota uma estratégia de marketing urbano para posicionar a cidade como um centro tecnológico e inteligente, cuja gestão pública é eficiente e capaz de garantir qualidade de vida e o pleno exercício dos direitos dos cidadãos. Essa iniciativa

busca criar uma identidade em sintonia com os princípios da produção neoliberal do espaço urbano (Forti, 2021).

Recentemente, São José dos Campos obteve a certificação de primeira Cidade Inteligente do Brasil, concedida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (São José dos Campos, 2022). Nos últimos anos, o município apresentou dados que demonstraram seu destaque na coleta e tratamento de esgoto, segundo o Instituto Trata Brasil (2022), conforme demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2:** Situação do atendimento dos serviços de esgotamento em São José Campos

Ano	Índice de coleta de esgoto da população	Índice de tratamento de esgoto da população
2022	100%	94,63%
2021	100%	94,30%
2020	100%	94,15%
2019	100%	92,23%
2018	99,35%	92,20%

**Fonte:** dados adaptados do Instituto Trata Brasil (2022).

Por outro lado, nas favelas e comunidades urbanas do município de São José dos Campos, a coleta e o tratamento de esgoto ainda não são distribuídos de forma igualitária. Em alguns desses locais, os moradores não são contabilizados nas estatísticas, embora os dados do SNIS indiquem que 100% da população é atendida com coleta de esgoto. Através de estratégias de marketing urbano, a Prefeitura busca criar uma imagem para a cidade que a posicione como exemplo de administração municipal, visando o reconhecimento nacional.

Essa prática se alinha com a ideia de que as políticas públicas municipais são, frequentemente, influenciadas pela busca de atender aos interesses neoliberais, que prioriza satisfazer as demandas políticas e econômicas de uma parcela da população. No entanto, tal modelo deixa de fora os habitantes de algumas favelas e comunidades urbanas que, devido à sua limitada influência política e econômica, continuam a viver sem desfrutar de uma cidadania integral (Forti, 2021).

Com o intuito de coletar dados qualitativos, considerando o procedimento misto da pesquisa, foi realizada a Análise de Conteúdo em duas reportagens publicadas no site da Prefeitura Municipal. Bardin (2010) preconiza uma abordagem crítica desse tipo de análise como parte integrante de pesquisas qualitativas, cujo papel essencial reside na investigação

minuciosa e imparcial para determinar a veracidade do conteúdo e compreender o significado subjacente às palavras. Essa forma de análise representa um conjunto de procedimentos com o propósito de descobrir novas percepções. Nesta pesquisa, foi aplicada essa técnica em duas reportagens publicadas em 29/3/2019 e em 29/5/2020, intituladas, respectivamente, “São José é considerada modelo em tratamento de esgoto” e “São José conquista prêmio por excelência em saneamento básico” (São José dos Campos, 2019, 2020).

Considerando a importância de aderir às orientações de Bardin (2010), embora de maneira mais sucinta, o processo analítico foi segmentado em três etapas, conforme Quadro 1:

**Quadro 1:** Sequência técnica da Análise de Conteúdo

PRÉ-ANÁLISE	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	TRATAMENTO DOS RESULTADOS
Leitura flutuante Escolha das reportagens Formulação de objetivos Formulação dos indicadores	Criação das categorias	Interpretação dos resultados

**Fonte:** adaptado de Bardin (2010).

A Análise de Conteúdo (Bardin, 2010) é considerada uma técnica de pesquisa suscetível a várias interpretações, envolvendo temas de natureza subjetiva, muitas vezes dependendo da perspectiva, do interesse e das motivações do analista. O procedimento da Análise de Conteúdo, em sua abordagem crítica, esclarece que todas as fases da análise são de natureza técnica, sendo o resultado influenciado, consciente ou inconscientemente, pela posição, pelo caráter, pela responsabilidade, o conhecimento e os interesses do analista, o que logicamente varia de caso a caso (Bardin, 2010). A Tabela 3 apresenta as categorias iniciais desenvolvidas e o número de ocorrências das sentenças das entrevistas.

**Tabela 3 :** Categorias iniciais: número de ocorrências de sentenças das entrevistas

Unidades de registro/categorias iniciais	Ocorrência das sentenças
Sentença relacionada à habitação e política habitacional	01
Sentença elogiosa relacionada ao saneamento	13
Sentença relativa ao saneamento	02
Sentença relacionada à promoção/publicidade do município	06

**Fonte:** adaptado de Bardin (2010).



Na fase denominada Tratamento dos Resultados, cuja finalidade reside na interpretação dos dados, a fim de desvelar a realidade subjacente ao que a reportagem busca salientar, foi imperativo estabelecer com clareza o foco da análise, delimitando cuidadosamente as categorias relevantes. Nesse contexto, direcionamos a atenção para uma análise dialética, na qual o município de São José dos Campos foi estudado de forma crítica como um modelo de excelência em saneamento básico. No decorrer dessa etapa, conduzimos uma interpretação das sentenças selecionadas nas reportagens, visando à identificação de tendências, padrões e nuances emergentes do material. O Quadro 2 apresenta a interpretação das principais sentenças relacionadas às categorias das duas reportagens.

**Quadro 2:** Análise de Conteúdo das entrevistas por categorias

<b>Categorias e nº de sentenças</b>	<b>Interpretação dos resultados</b>
Habitação e política habitacional (1 sentença)	Apenas uma única sentença nas reportagens evidencia a escassa ênfase política em habitação, revelando lacunas nas prioridades do governo municipal. Apesar de um conflito perceptível, pela forma com que o município demonstra preocupação ambiental, falta clareza em políticas orientadoras. As necessidades interconectadas do meio ambiente, recursos hídricos e habitação carecem de diretrizes sólidas, especialmente no Plano Diretor da Cidade. A favela Jardim Nova Esperança, situada em uma Área de Proteção Ambiental do Banhado há aproximadamente 100 anos, clama por de serviços de esgotamento sanitário e busca regularização, conforme relatos de Tavares e Fantin (2019) e Silva (2020).
Elogios ao saneamento (13 sentenças)	As sentenças elogiosas sobre saneamento são recorrentes (13 vezes), evidenciando a preocupação da cidade em projetar uma imagem urbana inclusiva e moderna. No entanto, essa idealização não condiz com a realidade, pois nem toda a população é atendida. O município adota estratégias de marketing urbano para promover uma imagem perfeita em termos de saneamento, embora isso não se aplique universalmente (Vainer, 2021). Os habitantes de favelas e comunidades urbanas, desprovidos de serviços de esgotamento sanitário, são largamente negligenciados pela gestão municipal. Essas táticas manipulam a percepção do território, ocultando aspectos indesejados e promovendo uma imagem idealizada. Contudo, isso não reflete a realidade dos habitantes dessas áreas que carecem desses serviços (Forti, 2021).
Saneamento (2 sentenças)	As críticas em relação ao saneamento no município são raras nas reportagens, aparecendo apenas duas vezes. Curiosamente, quando ocorrem críticas, estas são direcionadas a outros municípios. Isso reflete a perspectiva da produção neoliberal do espaço, que utiliza táticas de marketing urbano para promover a cidade como um produto superior aos dos concorrentes (Vainer, 2021).
Promoção e publicidade (6 sentenças)	Foram identificadas seis sentenças relacionadas à promoção da cidade por meio do marketing urbano, enfocando uma imagem de São José dos Campos como uma cidade moderna, dinâmica e inteligente (Forti, 2021), especialmente atendendo à maioria econômica e socialmente privilegiada. No entanto, o desequilíbrio na qualidade dos serviços, como o tratamento de esgoto, é o ponto central deste debate. É crucial expandir e democratizar esses serviços para assegurar igualdade de acesso e melhor qualidade de vida para todos os habitantes, indo além das estatísticas que elevam a cidade, mas ignoram as favelas e comunidades urbanas analisadas (Forti, 2021). Tal estratégia de marketing, ao promover seletivamente a cidade, não reflete a realidade completa, utilizando dados relativos que excluem parte significativa da população, tornando São José dos Campos uma mercadoria de alta qualidade apenas para alguns (Vainer, 2021).

**Fonte:** Elaborado pelos autores com fulcro em Bardin (2010).

A análise dos dados revela que, entre 2018 e 2022, São José dos Campos manteve uma cobertura praticamente universal de coleta de esgoto, alcançando 100% a partir de 2019. No entanto, o índice de tratamento de esgoto, embora elevado, variou entre 92,20% e 94,63%, o que indica que nem todo o esgoto coletado passa pelo tratamento adequado. Essa diferença representa um desafio para a administração municipal, que precisa garantir que o tratamento acompanhe a coleta para evitar o descarte inadequado de esgoto (Instituto Trata Brasil, 2022).

Os dados fornecidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), responsável pelos serviços de esgotamento sanitário no município, são reportados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Esses dados consideram apenas os imóveis legalmente aptos a receber esses serviços, sem registrar as áreas irregulares, como as zonas de risco geotécnico e as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Isso evidencia uma importante lacuna na cobertura efetiva de esgotamento sanitário e contrasta com o discurso de marketing urbano, que projeta a cidade como modelo de excelência (Vieira *et al.*, 2024b). Tal narrativa esconde a realidade vivida por essas populações vulneráveis. A narrativa de São José dos Campos como “cidade modelo” no saneamento básico não reflete a realidade prática, uma vez que a cobertura integral do tratamento ainda não foi alcançada (Bardin, 2010). Isso levanta questões sobre a eficácia das estratégias e dos investimentos públicos, evidenciando a necessidade de políticas mais incisivas e sustentáveis que não só ampliem o alcance dos serviços, mas também assegurem a totalidade e a eficiência, refletindo a realidade cotidiana da população em todos os níveis.

Na análise realizada, podemos constatar que as estratégias de marketing urbano frequentemente exercem influência sobre a percepção de São José dos Campos. “As ações de marketing não se limitam a moldar a percepção do território, mas também ampliam o discurso predominante, criando a narrativa desejada para a cidade” (Forti, 2021, p. 66). A Prefeitura Municipal destina recursos significativos para publicidade e marketing, conforme evidenciado na Tabela 4, com o propósito de promover uma imagem positiva, inclusive informando que o município oferta serviços de coleta de esgotamento sanitário para todos.

**Tabela 4:** Gastos da Prefeitura de São José dos Campos com contratos de publicidades

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Valor gasto em publicidade (em milhões de reais)	5,68	12,05	10,96	3,29	3,19	9,38	11,66	5,36

Fonte: adaptado de Forti (2021).

Não se trata, contudo, de uma abordagem considerada falseadora da realidade, mas do uso de recursos de linguagem e da metalinguagem técnica e estatística que permitem embuçar a realidade, de forma lógica, mas superficial, o que é próprio das ações políticas e dos costumes gerenciais da gestão pública. Segundo Vainer (2021), o marketing urbano transforma a cidade em uma mercadoria a ser vendida, levando prefeitos a agirem como vendedores ambulantes. Essa visão mercantilista obscurece a complexidade da cidade e prioriza interesses econômicos sobre as necessidades da população.

Os dados coletados também evidenciaram que a universalização dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas de São José dos Campos é um desafio complexo, que pode transcender aspectos técnicos e de infraestrutura, exigindo soluções integradas e políticas inclusivas (Vieira, 2023). A abordagem dialética empregada revelou que os obstáculos econômico e político, oriundos do modelo de desenvolvimento urbano neoliberal e da falta de interesse político e de medidas concretas para integrar essas comunidades, dificultam o alcance desse objetivo. Assim, a hipótese inicial deste trabalho é corroborada, indicando que a meta de universalizar tais serviços nesses locais enfrenta grandes barreiras.

O paradigma neoliberal na produção do espaço urbano, marcado pela mercantilização de serviços e espaços, resulta em desigualdades socioespaciais agravadas. A falta de acesso a serviços públicos fundamentais emerge, portanto, como um reflexo direto da lógica neoliberal, que coloca, em primeiro plano, o lucro e a eficiência em detrimento das necessidades das camadas mais desfavorecidas da sociedade (Harvey, 2005). A segregação socioespacial persiste, limitando o acesso de uma parcela da população aos serviços básicos essenciais para uma vida digna.

As estratégias de marketing urbano adotadas pelo município, embora eficazes na promoção de uma imagem positiva da cidade, acabam por mascarar as reais condições de vida dos moradores das favelas e comunidades urbanas. O presente trabalho conclui que é necessário repensar as políticas urbanas e de saneamento em São José dos Campos, adotando abordagens mais inclusivas e equitativas. Isso implica em dissolução de ideologias e priorização da oferta pública dos serviços de esgotamento sanitário em todas as favelas e comunidades urbanas, garantindo a todos os cidadãos qualidade de vida, de saúde e de dignidade (Santos, 2023).

A pesquisa busca ainda visibilizar a carência de políticas públicas que transcendam a lógica neoliberal, e que foquem na garantia dos direitos sociais e a promoção da igualdade. A universalização dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas não

é apenas uma questão técnica e de infraestrutura, mas um imperativo ético e de orientação política para a efetividade dos direitos de cidadania, essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de São José dos Campos e de outras cidades que enfrentam desafios semelhantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é o resultado de um estudo centrado na análise crítica e dialética das barreiras à implementação de serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas de São José dos Campos-SP. O trabalho revelou a complexidade e as contradições que afetam a qualidade de vida e o acesso ao saneamento básico para os moradores de áreas precárias além de evidenciar como a lógica neoliberal na gestão do espaço urbano atua para a perpetuação de desigualdades socioespaciais, segregação e negligência das necessidades da população vulnerável, particularmente na ausência de infraestrutura de saneamento em favelas como o Banhado, o Sapê e o Rio Comprido. É importante destacar que essas condições não se limitam a essas comunidades, mas se repetem em diversos outros territórios do município.

Nesse contexto, observamos a falta de prioridade nas políticas habitacionais do governo municipal, refletindo a necessidade de diretrizes claras para a habitação e o saneamento. A ausência de um planejamento urbano inclusivo e eficaz perpetua a desigualdade e a vulnerabilidade das favelas e comunidades urbanas, trazendo à mostra a disparidade entre as políticas públicas e as necessidades da população. A pesquisa sublinha a importância de um planejamento urbano que contemple as necessidades de todas as comunidades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos essenciais, como saneamento e infraestrutura. A falta de políticas inclusivas e bem direcionadas contribui para a manutenção das condições precárias e dificulta a melhoria da qualidade de vida desses cidadãos.

Além disso, o marketing urbano utilizado pela Prefeitura de São José dos Campos projeta uma imagem idealizada da cidade, mas não representa com precisão a realidade vivida por todos os cidadãos. Esse discurso apelativo frequentemente omite e distorce a realidade das favelas e comunidades urbanas, criando uma discrepância entre a imagem promovida e a realidade enfrentada pelos moradores dessas áreas. Promover uma imagem positiva da cidade, sem abordar os problemas estruturais e as necessidades reais da população não contribui para a resolução das questões de habitação e saneamento. Pelo contrário, reforça a falta de

transparência e a ineficácia das políticas públicas, perpetuando a desigualdade e a exclusão social.

A investigação revelou que a universalização dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas de São José dos Campos-SP enfrenta uma série de desafios multifacetados. Entre os principais obstáculos, destacam-se a carência de investimentos adequados, a falta de planejamento urbano inclusivo e a ausência de um compromisso político consistente. As complexidades envolvem não apenas a implementação técnica dos sistemas de saneamento, mas também a resistência sociopolítica e a desarticulação entre diferentes níveis de governo. A descontinuidade de políticas públicas e a insuficiente participação comunitária agravam a situação, impedindo avanços na melhoria das condições de vida nessas áreas.

A pesquisa enfrentou algumas dificuldades, sendo a principal o acesso aos dados atualizados com a administração municipal sobre os serviços de esgotamento sanitário nas favelas e comunidades urbanas de São José dos Campos-SP. A falta de transparência e a inconsistência nas informações acessadas dificultaram a obtenção de um panorama completo e detalhado.

Para ampliar a compreensão sobre a universalização dos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas, sugerimos a realização de estudos longitudinais que acompanhem a implementação e os impactos de políticas públicas ao longo do tempo. Pesquisas comparativas entre municípios com problemas semelhantes podem também revelar boas práticas e soluções inovadoras.

Concluimos que é essencial repensar as políticas urbanas e de saneamento em São José dos Campos, orientadas por princípios e diretrizes de inclusão e justiça social. Priorizar o fornecimento público de saneamento básico em todas as favelas e comunidades urbanas é crucial para garantir a qualidade de vida, de saúde e a dignidade de todos. Além disso, urge que a administração pública reformule suas estratégias de comunicação e de marketing para refletir mais autenticamente as condições urbanas e interagir de modo transparente com a população.

Reforçamos, por fim, a necessidade de integrar os aspectos técnicos, ambientais, humanos e sociais em todas as esferas do conhecimento. As descobertas teóricas, as práticas e as ações sociais devem visar à melhoria do bem-estar humano. O saneamento básico, como elemento fundamental da coexistência social, exige inovação e mudanças direcionadas a uma nova ordem, em que o acesso a serviços de saneamento básico seja uma realidade para todos,

garantindo o direito constitucional à qualidade de vida que cada cidadão dispõe e, portanto, merece.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. J. de. **Desenvolvimento regional e o meio técnico-científico-informacional: uma análise dos contrastes socioeconômicos e espaciais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Disponível em: <<https://biblioteca.univap.br/dados/000013/00001389.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BELLON, L.L.; LIMA, A. C. da C. Uma análise espacial da relação entre saneamento básico e educação nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 15, n. 4, p. 629-655, 2021. Disponível em: <<https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/903>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984**, de 17 de julho de 2000 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020b]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. *In*:

CARLOS, A. F.; ALVES, G.; PADUA, R. (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 33-62.

CHUEIRI, D. M. A.; FORTUNATO, R. Â. Turismo e esgoto domésticos na Ilha Grande (RJ): uma análise exploratória nas praias de Abraão e Aventureiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 14, n. 1, p. 55-73, 2021. Disponível em: <[https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/10463?fbclid=IwAR0VOob8IMHTOzkWImmTssEVrqfGb3rjwwwQB59S\\_8VR57o5C0PFcTqBHmk](https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/10463?fbclid=IwAR0VOob8IMHTOzkWImmTssEVrqfGb3rjwwwQB59S_8VR57o5C0PFcTqBHmk)>. Acesso em: 30 jul. 2024.

COSTA, S.M.F.;FORLIN, L. G. Urbanização e segregação socioespacial na cidade de São José dos Campos-SP:o caso Pinheirinho. **Geosul**, v. 25, n. 49, p. 123-158, 2010. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/21775230.2010v25n49p123/14062>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

COSTA, A. C. G. *et al.* Experiências práticas na formação de assessoras técnicas em habitação de interesse social no bairro do Sapê (Chácara Sol Nascente) em São José dos Campos - SP. *In: BARROS,M. C. (Org.). Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista: contextos, ações e desafios para o campo.* São Paulo: ATHIS, 2022, p. 84-97. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/153csFAAbKhGuXOPKcWVKdUxor\\_L7vVG1/view?pli=1](https://drive.google.com/file/d/153csFAAbKhGuXOPKcWVKdUxor_L7vVG1/view?pli=1)> . Acesso em: 20 ago. 2023.

FERREIRA, M. de P.; GARCIA, M. S. D. Saneamento básico: meio ambiente e dignidade humana. **Dignidade Revista**, v. 2, n. 3, p. 12, julho 2017. ISSN 2525-698X. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/393>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

FORTI, M. C. **O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço em São José dos Campos - SP.** 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, São José dos Campos - SP, 2021. Disponível em: <<https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2022/07/00005c79.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. **Departamento de Saneamento.** Manual de Saneamento. 4. ed. Brasília: [s./ed.], 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 63.

HELLER, Léo. **Os direitos humanos à água e ao saneamento.** Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017:** abastecimento de água e esgotamento sanitário. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coordenação de Geografia**:Favelas e Comunidades Urbanas: 2024: notas metodológicas n. 01: sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas; Favelas e Comunidades Urbanas: notas metodológicas; Notas metodológicas n. 01 *Aglomerados Subnormais*: resultados preliminares, base gráfica e tabular. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil**.Disponível em: <[https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio\\_do\\_RS\\_2022.pdf](https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_do_RS_2022.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1982.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 82.

MENDES, R. M.*et al.*Understanding shallow landslides in Campos do Jordão municipality; Brazil: disentangling the anthropic effects from natural causes in the disaster of 2000. **Natural Hazards and Earth System Sciences**,v. 18, n. 1, p. 15-30, 2018.Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5194/nhess-18-15-2018>>. Acesso em:7 jun. 2023.

MENDES, R. M.*et al.*Stability Analysis on Urban Slopes: Case Study of an Anthropogenic-Induced Landslide in São José dos Campos, Brazil. **Geotechnical and Geological Engineering**, v. 36, p. 599-610, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10706-017-0303-z>>. Acesso em:7 jun. 2023.



NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 21, p. 1861-1870, 2016.

NUVOLARI, A. (Coord.). **Esgoto Sanitário**: coleta, transporte, tratamento e reuso agrícola. São Paulo: Blucher, 2003.

PÁDUA, R. Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 85-103.

PAPALI, M. A. **Histori(cidade)s**: um olhar multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2008.

PHILIPPI JR., A.; MALHEIROS, T. F. Saneamento e saúde pública: integrando homem e meio ambiente. *In*: PHILIPPI JR., A. **Saneamento saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad, 1996.

RESCHILIAN, P. R.; SILVA, F. F. do A.; MACIEL, L.M. Dinâmicas socioterritoriais urbanas em assentamentos precários: um estudo de caso - São José dos Campos – SP. **In: XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EM URBANISMO, SÃO PAULO-LISBOA, 2020. Anais [...]**Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020.

RIBEIRO, W. A. O saneamento básico como um direito social. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte, ano 13, n. 52, p. 229-251, out./dez. 2015.

ROCHA, H. P.M. da. **Direito à Cidade Sustentável sob a perspectiva do Direito à Dignidade da Pessoa Humana**. 2018. 61 f. Tese (Doutorado). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2023.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2020, p. 144.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2022/marco/16/sao-jose-e-certificada-a-primeira-cidade-inteligente-do-brasil/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2020/fevereiro/13/sao-jose-e-considerada-modelo-em-tratamento-de-esgoto/>. Acesso em: 11 set. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/marco/28/sao-jose-conquista-premio-por-excelencia-em-saneamento->. Acesso em: 11 set. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/45860/15-nucleos-informais.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2023.

SILVA, D. A. **Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no banhado, cartão postal de São José dos Campos (1937-2016)**. 2020. 606 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9126320](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9126320). Acesso em: 26 jun. 2024.

SILVA, C. M. E. S. Ocupação Chácara Sol Nascente - Bairro do Sapê São José dos Campos/SP. In: BARROS, M. C. (Org.). **Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista: contextos, ações e desafios para o campo**. São Paulo: Athys, 2022, p. 80-83. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/153csFAAbKhGuXOPKCwVKdUxor\\_L7vVG1/view?pli=1](https://drive.google.com/file/d/153csFAAbKhGuXOPKCwVKdUxor_L7vVG1/view?pli=1) . Acesso em: 14 jun. 2024.

SURIANO, A. L.C. **A política habitacional e a expressão da segregação socioespacial em São José dos Campos - SP**. 2013. 138 f. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2013. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2022/07/00000431.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TAVARES, J. C.; FANTIM, M. (Coord./Orgs.). **Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado**. São Carlos: IAU-USP/Grupo PExURB, 2019.

VAINER, C.B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 75-103.

VIEIRA, J.M. de S. **Desafios da universalização dos serviços de esgotamento sanitário nos assentamentos precários de São José dos Campos-SP**. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023.

VIEIRA, J. M. de S. *et al.* Trauma psíquico em condições de vulnerabilidade dos serviços de esgotamento sanitário: o caso de uma favela em São José dos Campos-SP. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s./l.], v. 15, n. 7, p. 4027, 2024a. Disponível em: <<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4027>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

VIEIRA, J. M. de S. *et al.* Contrastes urbanos no acesso aos serviços de esgotamento sanitário em aglomerados subnormais: o caso da Comunidade Lagoa Azul 2 em Jacareí-SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 12, n. 86, 2024b. Disponível em: <[https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/view/4848](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/4848)>. Acesso em: 17 set. 2024.

VIEIRA, J. M. de S.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, R. M. A precariedade dos serviços de esgotamento sanitário nos aglomerados subnormais do estado de São Paulo: uma carga de difícil tratamento. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/8775>>. Acesso em: 8 jul. 2024.

VILLAÇA, F. **Espaço Intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp/*Lincoln Institute of Land Police*, 2001, p. 142.

VILLAÇA, F. Segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-72, 2011.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012, p. 70. 2023.

**Artigo recebido em: 20 de agosto de 2024.**

**Artigo aceito em: 30 de novembro de 2024,**

**Artigo publicado em: 07 de dezembro de 2024.**